



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

Nº. 4/2018

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António José Rosa de Brito, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e Francisco José Caldeira Duarte, David Manuel Pego Merritt Marques, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores.

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 10,40 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Interveio o Sr. Vereador David Marques informando que o festival Entrudanças decorreu nos moldes habituais, em parceria com a Associação Pé-de-Chumbo e a Junta de Freguesia de Entradas, com um menor esforço financeiro e, com as participações interessantes e semelhantes às dos anos anteriores, tendo este ano havido espaços de animação nos estabelecimentos de restauração assim como um projeto artístico com a participação das escolas, da Associação ART. e do Lar Jacinto Faleiro.

Informou que o Pady Paper, iniciativa reavivada no corrente ano, se realizou com a participação de 35 equipas em que estiveram envolvidos cerca de 130 participantes, 50 voluntários e funcionários, assim como associações, coletividades e bares aderentes, tendo a mesma sido bem-sucedida.

Interveio a seguir o Sr. Vereador Francisco Duarte, que começou por formalizar a entrega da seguinte petição, subscrita pelo Sr. Vereador António João, solicitando que fosse facultada cópia do PCE (Plano de Coordenação de Eventos) do Festival Entrudanças.

“Assunto: Entrudanças 2018

Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, solicitam através do presente que lhe seja entregue cópia do PCE (Plano de Coordenação de Eventos) do Festival Entrudanças 2018.

Os grandes eventos, quer pelas suas dimensões, quer pelas suas características lúdicas, socio culturais, público-alvo, entre outros factores, são susceptíveis de desencadear uma grande

mobilização de pessoas que se concentram no local do evento, acrescentando a probabilidade de ocorrência de situações anómalas e inusitadas.

Face a esse fenómeno, torna-se necessário constituir um dispositivo de prevenção e resposta integrado no âmbito da prevenção e socorro, adequado ao risco acrescido, com elevado grau de prontidão.

Desta forma, a elaboração de Plano de Coordenação (PC) é essencial para a obtenção de um bom planeamento e organização da protecção e socorro que possam surgir e já era prática corrente da Autarquia para todos os grandes eventos por si organizados ou co-organizados.

Antecipadamente gratos, apresentam os melhores cumprimentos”

Em seguida lembrou o mesmo Vereador que ainda não lhes tinha sido facultado a correspondência havida sobre a substituição do Técnico do Gabinete Técnico Florestal, dos mapas de apuramento da derrama, contudo agradeceu a entrega das resposta às perguntas que fez, com os documentos da presente reunião.

A seguir fez os seguintes comentários a cerca das respostas que lhe foram dadas aos requerimentos entregues na reunião anterior, e que a seguir se transcrevem:

- **à resposta ao requerimento sobre a aplicação de herbicidas**

“Senhor Presidente

Temos sérias reservas sobre a veracidade do conteúdo da resposta que nos deram ao requerimento sobre esta matéria.

Existem indícios, mas que em nosso entender não constituem prova bastante, pelo que, por enquanto, nos ficamos por aqui. Mas estaremos atentos...

Afirmou ainda o Sr. Vereador António João Colaço que não pretendia entrar em polémicas mas sabia quem andou a aplicar, tendo exibido uma foto tirada no segundo dia da aplicação e que o produto utilizado não foi o mencionado na resposta.

- **à resposta ao requerimento sobre a requalificação da Escola Secundária de Castro Verde:**

“Sr. Presidente

Ou não sabe ler, ou revela uma incapacidade de compreensão notória relativamente ao que lhe é solicitado.

Por exemplo:

“recordamos, para quem talvez desconheça, que um diagnóstico muito detalhado sobre as condições físicas da Escola já tinha sido elaborado há algum tempo e está disponível na ex-Direcção Regional de Educação do Alentejo.”

e responde-nos:

“O actual executivo não tem em seu poder, nem existe tal registo na Câmara Municipal, qual informação sobre o alegado “diagnóstico muito detalhado sobre as condições físicas” da Escola Secundária de Castro Verde(ESCV)”. ?????

Formulámos, através de requerimento um conjunto de questões pertinentes e muito concretas sobre o processo de requalificação da Escola Secundária de Castro Verde.

Por exemplo:

- *Foi dado conhecimento ao senhor Presidente (por parte da senhora Secretária de Estado Adjunto e da Educação) das propostas apresentadas pela Autarquia em princípios de 2017 e dos entendimentos preliminares a que as partes chegaram?*
- *Quais os passos subsequentes às conclusões desta Visita/reunião e aos resultados da avaliação e a respectiva calendarização detalhada?*
- *Quem vai elaborar os termos de referência, programa de concurso e caderno de encargos, lançar o concurso e adjudicar a concepção dos projectos?*
- *Etc., etc.*

Conseguiu não responder a nenhuma!

A técnica de remeter para o “futuro”, de atirar poeira para os olhos das pessoas, de que é um exímio mestre, temos que reconhecer, pode servir em determinadas ocasiões e para determinados públicos. E resultou, pois está hoje nesse lugar.

Mas para nós não colhe! E, portanto, exigimos que relativamente aos próximos requerimentos, não fuja aos temas, responda com um mínimo de seriedade sobre as matérias em causa e respeito por quem o questiona.”

- **à resposta ao requerimento sobre a informação financeira**

Em entrevista concedida ao “Correio Alentejo” publicada na edição de 26/01 o senhor presidente afirma em determinado passo: “ ... *mas surpreendeu-me o volume da dívida a fornecedores a curto e médio prazo. Sobretudo os compromissos assumidos nas últimas semanas do mandato, muitos deles sem requisições emitidas nem cabimento orçamental.*”.

Esta mesma ideia/avaliação transparece, com outra roupagem literária, na “entrevista” do senhor presidente publicada n’ “O Campaniço” nº 106 (Jan/Fev/Mar 2018).

Através de requerimento remetido por mail em 27/01/2018, com pedido de resposta urgente, solicitamos a listagem dos alegados “... **compromissos assumidos nas últimas semanas do mandato, muitos deles sem requisições emitidas nem cabimento orçamental.**”.

Apesar da urgência requerida, a resposta só nos foi facultada no decurso da reunião de Câmara realizada a 1 de Fevereiro de 2018 e portanto não nos permitiu a sua análise e eventuais comentários na referida reunião como era nosso intento.

É o que fazemos agora através da apreciação dos quadros anexos à resposta ao requerimento e que noa suscitou as seguintes observações:

1. Nessa listagem não vislumbramos nada que confirme a insinuação/acusação que nos é feita.
2. A listagem fornecida constitui apenas a base de trabalho para a elaboração de uma alteração orçamental (neste caso a 7ª) que foi aprovada na reunião de Câmara realizada em 09/11/2017;
3. As alterações orçamentais são prática necessária e recorrente da gestão autárquica, (sobretudo em finais de ano e no caso de orçamentos “apertados”, ou seja, não “empolados”).

Servem para suprir eventuais insuficiências da dotação orçamental em algumas rubricas onde se revele necessário ajustar aos encargos decorrentes das necessidades ressentidas, através de reforço das dotações iniciais e, como compensação, teremos a diminuição de outras que se julguem com dotação excessiva;

4. A Nota que conclui os quadros apresentados refere:

“A alteração de Novembro (em anexo) contemplou as despesas previstas para o último trimestre de 2017, mas as despesas certas deviam ter sido comprometidas, pelo menos no final de Setembro, este quadro apenas refere as despesas realizadas em Agosto, Setembro e Outubro 2017”

A ser verdade, porque é que as “despesas certas” não foram comprometidas na data indicada?

Perguntamo-nos:

Será que o senhor Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da CMCV não se lembrou disso na altura?

Será que o senhor Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da CMCV já esqueceu o período eleitoral que então atravessávamos?

Será que o senhor Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da CMCV pretendia que o anterior executivo propusesse uma alteração orçamental nessa altura (antes de 1 de Outubro ou no período que decorreu entre o dia das eleições e o dia da tomada de posse do novo executivo)?

5. Procedamos a uma análise pormenorizada das listagens fornecidas e que supostamente justificariam a acusação lançada:

- a) Facturas da AgdA-Águas Públicas do Alentejo referentes ao fornecimento de água (tarifa variável) e da RESIALENTEJO-Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM referentes à deposição de resíduos em aterro, todas relativas aos meses de Setembro e Outubro de 2017. Importam globalmente em **155.447,59 €**.

Expliquem-nos qual foi a surpresa – será que não sabiam que, todos os meses, deveriam pagar o fornecimento de água “em alta” e a deposição de resíduos em aterro? E como queriam emitir requisições antecipadas, se não se sabia o valor dos serviços prestados?

- b) Facturas relativas a serviços prestados, durante o mês de Outubro 2017, por diversos fornecedores a coberto de contratos anuais celebrados com o Município, com pagamentos mensais de valor fixo ou variável.

Estão neste caso as facturas dos seguintes prestadores de serviços:

- CISEC - Soluções Técnicas de Engenharia e Serviços, SA
- JV- Comércio de Equipamentos e Serviços, Lda
- AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, SA
- SUL LIMPA - Fossas e Esgotos, Lda.
- Fundação Joaquim Ant. Franco e seus Pais - CASÉVELIMPA
- PROSEGUR - Companhia de Segurança, Lda.
- MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA

- CTT - Correios de Portugal, SA
que importam globalmente em **17.378,54 €**.

Expliquem-nos qual foi a surpresa e como queriam emitir requisições, se, na maioria dos casos, não se sabia o valor dos serviços prestados.

- c) Facturas decorrentes de aquisições de bens e serviços necessários ao funcionamento corrente da autarquia e que importam globalmente em **16.786,76 €**.

Entre estas, está uma factura de 4.920,00 € emitida pela Associação de Música, Educação e Cultura – “O sentido dos sons” respeitante ao concerto realizado no Cine-Teatro Municipal pela Orquestra Metropolitana de Lisboa a 20/10/2017. (incluía a estreia de uma composição de Francisco Chaves)

O subscritor das “listagens” escreve na margem *“Apareceu a factura em Outubro, sem que se tivesse conhecimento da referida contratação”*. É possível que o Chefe da Divisão de Administração e Finanças da CMCV não soubesse, mas o senhor Presidente sabia-o com toda a certeza. O assunto foi abordado na reunião de Câmara realizada a 11/10/2017 e o senhor presidente (então vereador) anuiu à iniciativa, que estava a ser programada pelo anterior executivo, e à satisfação dos respectivos encargos.

Sem comentários!

- d) Facturas decorrentes de iniciativas e trabalhos executados com o actual executivo em funções, independentemente de alguns procedimentos já terem sido iniciados em data anterior. O total destas facturas importa em **21.661,97 €**.”

Sem mais comentários!

Concluindo:

Na pseudo-justificação que nos remeteram e na listagem anexa não vislumbramos nada que confirme a insinuação/acusação que nos é feita.

Mais uma vez fica demonstrado que a “surpresa” do senhor presidente da Câmara revela fundamentalmente o seu desconhecimento/ignorância relativamente à gestão corrente do município, mesmo nos seus procedimentos mais simples.

Ao mesmo tempo procura camuflar a sua incapacidade de promover o programa eleitoral do PS e de cumprir as várias promessas eleitorais que anunciou durante a campanha, com as “surpresas” que encontrou na Câmara Municipal, com a falta de dinheiro (não sabemos se estava à espera de “herdar” um cofre cheio de notas) e com a “preocupante situação financeira” (não sabemos o que esteve a fazer durante 4 anos como vereador da CMCV).

Em simultâneo vem ao de cima a sua grande perícia na manipulação da opinião pública com mentiras, meias verdades e insinuações torpes.”

Questionou depois o Sr. Vereador Francisco Duarte o ponto da situação da contratação do empréstimo, tendo o Sr. Presidente informado que o processo estava a decorrer os trâmites normais.

Questionou o Sr. Vereador António João Colaço qual a resposta que a Câmara pretende dar quanto à limpeza de terrenos para evitar os fogos, tendo o Sr. Presidente informado que não

havia situações preocupantes, contudo a Câmara Municipal só intervirá se os proprietários dos terrenos não o fizerem.

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e nominalmente.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. - Valorizações remuneratórias (aplicação do artigo 18º. Da Lei nº.114/2017, de 20 de Dezembro –LOE)

Apreciou a Câmara a seguinte informação da Secção de Recursos Humanos:

“VALORIZAÇÕES REMUNERATÓRIAS - (aplicação do artigo 18º da Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro – LOE)

Existindo dúvidas na aplicação da Lei, relativamente aos trabalhadores na carreira/categoria de Assistente Operacional, posicionados na 1ª posição, nível 1; posição virtual entre 1 e 2, nível entre 1 e 2; 2ª posição, nível 2; em virtude de auferirem pela Remuneração Mínima Garantida (€ 580,00), surgem as seguintes situações:

Situação prevista na Lei:

1 – Assistente Operacional posicionados entre a 1ª e a 2ª posição remuneratória, com 10 pontos ou mais, **aplicação da regra prevista no nº 2** (Aquando da transição para as novas carreiras e categorias em 2009, no caso de falta de identidade, os trabalhadores são reposicionados na posição remuneratória, automaticamente criada, de nível remuneratório não inferior ao da primeira posição da categoria para a qual transitam cujo montante pecuniário seja idêntico ao montante pecuniário correspondente à remuneração base a que atualmente têm direito), **e nº 5 do artigo 104º da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pela Lei nº 64-A/2008, de 31 dezembro (LOE/2009)**, (no caso previsto no nº 2, quando, em momento ulterior, os trabalhadores devam alterar a sua posição remuneratória na categoria, e da alteração para a posição seguinte resultasse um acréscimo remuneratório inferior a um montante pecuniário fixado em Portaria, aquela alteração tem lugar para a posição que se siga a esta, quando a haja), conjugada com a **Portaria nº 1553-C/2008, de 31 de dezembro, ponto 11º**, (nos termos do nº 5 do artigo 104º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o montante pecuniário ali referido é € 28), assim os trabalhadores que se encontram posicionado em posições intermédias, ficarão posicionados na 4ª posição remuneratória, nível 4, que corresponde à remuneração de € 635,07, e um aumento salarial de € 55,07 (em janeiro de 2018 - 25% € 13,77).

Devido aos sucessivos aumentos da Remuneração Mínima Garantida, surgem as seguintes situações:

2 – Assistentes Operacionais posicionados na 1ª posição, nível 1, e na 2ª posição, nível 2, com 10 pontos ou mais, **não aplicação da regra** prevista no nº 2 e 5 do artigo 104º da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de dezembro (LOE/2009), conjugada com a Portaria nº 1553-C/2008, de 31 de dezembro (fixa-se em € 28 o mínimo do primeiro acréscimo remuneratório resultante de alteração de posição remuneratória que deva ter lugar após a transição dos trabalhadores para os novos regimes de vinculação, carreiras e remunerações), estes trabalhadores ficarão posicionados na **3ª posição remuneratória, nível 3**, que corresponde à remuneração de € 583,58, e um aumento salarial de € 3,58 (25% - € 0,90).

3 - Assistentes Operacionais posicionados na 1ª posição, nível 1, e na 2ª posição, nível 2, com 10 pontos ou mais, **aplicação da regra** prevista no nº 5 do artigo 104º da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de dezembro (LOE/2009), conjugada com a Portaria nº 1553-C/2008, de 31 de dezembro (fixa-se em € 28 o mínimo do primeiro acréscimo remuneratório resultante de alteração de posição remuneratória que deva ter lugar após a transição dos trabalhadores para os novos regimes de vinculação, carreiras e remunerações), estes trabalhadores ficarão posicionados na **4ª posição remuneratória, nível 4**, que corresponde à remuneração de € 635,07, e um aumento salarial de € 55,07 (25% - € 13,77).

Prevê o artigo 28º da Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro (LOE/2018), que em 2018, o Governo aprove legislação própria que promova a correção de distorções na tabela remuneratória da carreira geral de assistente operacional, designadamente das que resultem das sucessivas atualizações da Retribuição Mínima Mensal Garantida.

Perante as situações apresentadas, solicita-se uma decisão superior, de como proceder relativamente às alterações remuneratórias dos trabalhadores:

A) – Processar a alteração remuneratória de todos os trabalhadores, com 10 pontos ou mais, segundo as orientações da DGAEP e de acordo com a legislação em vigor (situação 2 da informação).

B) – Processar as alterações remuneratórias, com exceção dos assistentes operacionais posicionados na 1ª posição, nível 1, e na 2ª posição, nível 2, com 10 pontos ou mais, ficando estes a aguardar a atualização da tabela remuneratória.”

Apreciado o assunto e face ao impedimento do Sr. Presidente da Câmara participar na votação em virtude de um seu familiar ser contemplado com a presente valorização remuneratória, procedeu-se à respetiva votação, tendo a Câmara deliberado, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço e os votos favoráveis do Sr. Vice-Presidente David Marques e da Srª Vereadora Alda Mestre, proceder em conformidade com a informação acima descrita, tendo usado o voto de qualidade o Sr. Vice-Presidente, face ao empate da votação.

Justificaram os Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João a sua posição “por considerarem que a proposta apresentada se baseia numa interpretação restritiva da lei e o aumento mínimo deverá ser de 28 €”

Apreciou a Câmara em, seguida a seguinte proposta formulada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara:

“Considerando que neste momento temos em vigor os documentos previsionais para 2018, nomeadamente o orçamento;

Considerando que compete ao Órgão Executivo decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos;

- a) Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, no mapa de pessoal;
- b) Com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções;

O Orçamento de Estado para o presente ano (Lei n.º 1114/2017, de 29 de dezembro), continua a proibir a possibilidade de alteração remuneratória por opção gestionária, assim, submeto para aprovação da câmara Municipal, as verbas a despende com os novos recrutamentos e com as alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão, que segundo o que consta no Orçamento serão os seguintes:

01 Administração Autárquica

- Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório 600,00 €

02 Serviços Municipais

- Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório30.000,00 €

- Recrutamento para novos postos de trabalho30.000,00 €”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria com as abstenções do Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, aprovar a proposta acima descrita.

Justificaram os Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço a sua abstenção, por entenderem que os valores constantes nesta proposta já estão contemplados no Orçamento aprovado para o ano em curso e daí não perceberem a razão da mesma

2. - Início do procedimento de elaboração de projeto de Regulamento de Toponímia e numeração de polícia em toda a área do concelho:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta:

“Considerando que o atual Regulamento Municipal de Toponímia existente se reporta a maio de 1988, tendo por isso decorrido um hiato temporal de quase três décadas;

Considerando que julgamos estar o mesmo desadequado com os tempos atuais a vários níveis;

Considerando que, a competência para a sua alteração ou revogação, com o aparecimento de um outro, se encontra na esfera do Município; procurando-se compatibilizar neste Regulamento as normas em uso e disciplinar e, ou, clarificar procedimentos adotados no estabelecimento e elaboração de toponímia, bem como na Numeração de Polícia;

Foi neste contexto que se julgou que seria oportuno proceder à revisão do atual Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, conferindo-lhe, por um lado, maior organização e clareza na execução de normas, e, por outro lado, clarificando alguns dos atuais procedimentos que objetivamente, carecem de regulação.

Assim, face ao exposto, proponho a V. Ex^{as}. autorização a este Órgão, para inicial a publicitação do início do procedimento, tendo em vista a criação de um novo Regulamento Municipal de Toponímia no concelho de Castro Verde, ao abrigo do disposto no art.º 98º/1 do Código do Procedimento Administrativo.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar o início do procedimento, tendo em vista a criação de um novo Regulamento Municipal de Toponímia no concelho de Castro Verde, ao abrigo do disposto no art.º 98º/1 do Código do Procedimento Administrativo, conforme acima proposto.

3.- Ratificação da emissão de licença especial de ruído:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara o ato da decisão que tomou relativamente à licença especial de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 9/2007, de 17 de Janeiro, a Rui Miguel Guerreiro da Costa Vaz para a realização de baile de carnaval, no Bar da Associação dos Aivados, das 22 horas do dia 10 e até às 6 horas do dia 11 do corrente mês de Fevereiro.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente ratificar a concessão das referidas licenças especiais de ruído.

DIVISÃO DE OBRAS, GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

Obras particulares:

1.- Projetos de arquitetura:

Apreciou a Câmara e, com base no parecer prestado pelo Gabinete de Gestão Urbanística, deliberou, por unanimidade e nominalmente aprovar o projeto de arquitetura apresentado por Jorge Rodrigo Nunes V.L. Bobone, para ampliação de edifício destinado a turismo rural, no Monte da Apariça, na freguesia de Entradas

2. - Destaque de prédios:

- de Jacinto Luís Pereira Sequeiras Guerreiro:

Apreciou a Câmara o pedido apresentado por Jacinto Luís Pereira Sequeira Guerreiro, proprietário de um prédio misto, denominado Monte do Seixo, sito no Monte dos Viseus, na freguesia de Santa Bárbara de Padrões, inscrito na respetiva matriz sob o artigo nº.8 da Secção A, e descrito na Conservatória sob o nº. 69/19870724, em que, para efeitos de constituição de logradouro do mesmo, solicita o destaque de uma parcela com a área de área de 292 m2.

A Câmara, em face do parecer do Gabinete de Gestão Urbanística, que confirma que a parcela a destacar localiza-se no interior do perímetro urbano do Monte dos Viseus e encontra-se já fisicamente separada da restante propriedade, por um arruamento público, deliberou, por unanimidade e nominalmente, autorizar o destaque da parcela de terreno em causa.

- de Isabel Maria Carrilho Ferraz Nobre Estevão

Apreciou a Câmara o pedido apresentado por Isabel Maria Carrilho Ferraz Nobre Estevão, proprietária do prédio urbano, sito na Rua João de Deus nº.19 e Rua de Aljustrel s/n, em Castro Verde, inscrito na respetiva matriz sob os artigos nºs 1661 a) e 4315 b), e descrito na Conservatória sob o nº. 1459/19930209, em que solicita o destaque da parcela correspondente ao artigo nº.4315 b), constituída de rés-do-chão, com entrada pela Rua de Aljustrel s/n, com a superfície coberta de 88 m2 e com idêntica área bruta total.

A Câmara, em face do parecer do Gabinete de Gestão Urbanística, que confirma que a parcela a destacar localiza-se no interior do perímetro urbano de Castro Verde e em área consolidada e as parcelas resultante do destaque confrontam com arruamentos públicos, deliberou, por unanimidade e nominalmente, autorizar o destaque da parcela do prédio em causa.

DIVISÃO DE ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. - Concurso de Poemas Ilustrados – Dia dos Namorados:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador David Marques:

“No âmbito da comemoração do Dia dos Namorados, ou Dia de S. Valentim, e porque esta é uma data que celebra o amor, ou a demonstração de afeição entre amigos, e porque é comum a troca de cartões e presentes com o símbolo de coração, pretende-se incentivar os jovens para que de uma forma original e expressiva possam referenciar este tema.

Assim, propomos a realização de um concurso de poemas ilustrados alusivos ao dia dos Namorados. É nossa intenção que os poemas a concurso fiquem expostos na Biblioteca Municipal Manuel da Fonseca, durante o mês de Fevereiro.

Pretende-se a entrega de um certificado de participação, para os autores das 10 obras mais votadas, assim como a atribuição de um prémio monetário/voucher, para as 5 obras vencedoras. O valor total dos prémios vencedores perfaz um total de 160 €.

Junto se anexa, para aprovação, as Normas do Concurso de Poemas Ilustrados do Dia dos Namorados.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, ratificar a proposta apresentada pelo Sr. Vereador David Marques.

2. - Concessão de subsídios

- **ao Clube Português de Canicultura:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador David Marques:

“Tendo como objetivo sensibilizar a população, para um maior conhecimento e fomento de raças portuguesas e de cães de caça, figurando Castro Verde no calendário nacional de exposições do Clube Português de Canicultura, e a exemplo de anos anteriores, considerando que Castro Verde é terra de caçadores e zona de caça por excelência, com algumas zonas de caça associativa neste concelho.

Propomos este ano, por altura da Feira de Castro (20 de Outubro), juntar à edição da IV Exposição Canina Nacional de Raças Portugueses de Castro Verde a I Exposição Canina-Cães de Caça de Castro Verde.”

Considerando os custos do Clube Português de Canicultura, com o número de contribuinte 502443112, proponho a atribuição de um subsídio de 800 €.

Submetida a votação, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, conceder ao Club e Português de Canicultura o apoio financeiro proposto pelo Sr. Vereador David Marques, autorizando o respetivo pagamento.

- **à CORTIÇOL:**

Foi presente a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“No âmbito da realização do “Encontro de Grupos Corais”, por ocasião do 34º. Aniversário do Grupo Coral Etnográfico e Feminino “As Camponesas” de Castro Verde, a levar a cabo pela CORTIÇOL – Cooperativa de Informação e Cultura CRL, no próximo dia 17 de Março, e tendo em conta o objetivo comum à Câmara Municipal de apoiar a divulgação do Cante e de atrair novos públicos, para além do envolvimento de grupos corais oriundos de diversas localidades do Alentejo, contribuindo desta forma para a divulgação do concelho a vários níveis, proponho a atribuição de um apoio de 700,00 €, à CORTIÇOL – Cooperativa de Informação e Cultura, para fazer face às despesas inerentes à realização desta iniciativa.”

Apreciado o assunto, foi o mesmo submetido a votação, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade e nominalmente, conceder à CORTIÇOL – Cooperativa de Informação e Cultura CRL, o apoio financeiro proposto pelo Sr. Presidente, autorizando o respetivo pagamento.

- **ao Clube Ornitológico de Castro Verde:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“No âmbito da realização do “Fórum sobre Ornitologia”, por ocasião do 5º. Aniversário do Clube Ornitológico de Castro Verde, no próximo mês de Março, e tendo em conta os objetivos de preservação e divulgação da fauna ornitológica onde, em particular no concelho de Castro Verde, muito existe para mostrar e apreciar, e dada a presença nesse mesmo fórum de várias personalidades com relevância no setor, nomeadamente o Presidente da Federação Ornitológica Portuguesa e o Presidente do Colégio de Juizes, contribuindo desta forma para a divulgação do concelho a vários níveis, proponho a atribuição de um apoio de 500,00 € ao Clube Ornitológico de Castro Verde, para fazer face às despesas inerentes à realização desta iniciativa.

Apreciado o assunto, foi o mesmo submetido a votação, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade e nominalmente, conceder ao Clube Ornitológico de Castro Verde, o apoio financeiro proposto pelo Sr. Presidente, autorizando o respetivo pagamento.

3. - Concessão de cartões sociais:

Com base na informação nº.93 da Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto e respetiva documentação anexa deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Adelino Joaquim Revés, Helena Maria Rodrigues Enes dos Santos e a Lúcia da Silva dos Santos Candeias Pontes, residentes em Casével; José Aurélio Madeiros Santos e a Cidália Maria Pires Anacleto Paulino Chanoca, residentes em São Marcos da Ataboeira; Manuel Revés Marques, residente no Monte do Rolão; Otilia Maria das Piedade, residente em Neves da Graça; Maria Estela da Luz Jorge, Vanda Maria Alves Rodrigues, Adelina Maria Grilo Paulino e a Cátia Elisa Agostinho Dore, residentes em Castro Verde, todos no escalão A.; e de Ana Camacho Fernandes, residente no Monte dos Viseus, e de Ana das Candeias Doloures, ambas no escalão B.
- Renovar os cartões sociais de: Maria Clara de Almeida Rodrigues, Maria Assunção Valentim e de Etelvina da Conceição Mendes, residentes em Castro Verde; Vitória Jacinto Tomé, residente no Monte Cerro, Assunção Maia de Brito Albino Franco Loução, residente no Monte dos Aivados, Manuel de Brito Pereira, residente em Entradas; e de António Pontes Costa, residente em Casével, todos no escalão A; e de Manuel Cristina e de Maria da Piedade Rosa Baltazar, residentes no Monte dos Geraldos, ambos no escalão B.
- Indeferir os pedidos de cartão social requeridos por José Madeira Coelho, residente em Castro Verde, e de Otilio Dionísio Vilhena, residente no Monte dos Aivados, em virtude dos seus rendimentos per capita excederem o previsto no respetivo regulamento.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 11,45-horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º, do anexo I, à Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.